

ESPAÇO ABERTO

MEMÓRIAS, DIFERENÇAS E VELHICE: OFICINAS PARA IDOSOS

MEMORIES, DIFFERENCES AND ELDERLIES: WORKSHOPS FOR SENIORS

Glauca da Silva Destro de Oliveira¹

¹ Graduada em Antropologia. Doutora em Ciências Sociais. E-mail: gdestro@gmail.com

Resumo

Este artigo é sobre a experiência de uma atividade de extensão realizada em 2019. Trata-se de oficinas, voltadas a idosos, sobre o eu e o Outro na perspectiva antropológica. O objetivo foi analisar memórias de infâncias; narrativas de chegada e permanência na região de Foz do Iguaçu (PR); e, ainda, vivências de velhices contemporâneas no contexto de tríplice fronteira. As oficinas consistiram em um espaço de enunciação, troca, escuta, na relação com, sobre e a partir do Outro como exercício ao longo dos encontros. Na busca de diferenças e tensões, as semelhanças e as alianças foram as interações mais usuais. A ação foi realizada em parceria com a prefeitura municipal de Foz de Iguaçu (PR), no espaço do CRAS Nordeste da cidade, com o grupo de idosos, formado por pessoas com idade aproximada de 57 a 85 anos. As atividades foram dialógicas, no formato de roda de conversa.

PALAVRAS-CHAVE

Atividade de extensão. Memórias. Velhices. Tríplice fronteira. CRAS. Antropologia.

Abstract

This article is about the experience of extension's activities, which was in 2019. It happened in small groups formed by elderlies, about me and the Other in anthropologic view. The focus was childhood's memories; speeches about arriving and staying in Foz do Iguaçu's region; and, already, contemporaries's experiences of elderly in the context of triple boundaries. The group was formed by a space about enunciation, changing, listening, in relation and practices to involve another (and from) the Other as an exercise realized during the meetings. In order to find differences and tensions, the similarities and alliances were the usual interacting. The activity was realized in partnership with the public power of Foz do Iguaçu, in the Northeast CRAS's space of the city, with an elderly group - formed by people who are 57 to 85 years old. The activities were dialogic, as a conversation wheel.

KEYWORDS

Extension activities. Memories. Elderlies. Triple Border. CRAS. Anthropology

1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe relatar e refletir sobre a atividade de extensão realizada em Foz de Iguaçu (PR), no segundo semestre de 2019, enquanto fui docente no departamento de Antropologia na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O título do projeto de extensão era: “Memórias, Diferenças e Velhices: oficina de introdução à Antropologia”.

O grupo existia no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Nordeste da cidade desde 2017 e encontrava-se quinzenalmente naquele espaço às quartas-feiras de manhã, a partir das 8h30.

As atividades das oficinas de extensão consistiram em encontros quinzenais sobre memória, infâncias, processo de chegada dos participantes à região e suas experiências de velhices¹, tendo os conceitos antropológicos permeados na discussão – como alteridade, relatividade, etnocentrismo, cultura.

As propostas foram organizadas previamente, partilhadas com o grupo e construídas conjuntamente. A fala, a atuação, a interação e a expressão de cada pessoa foram importantes para definir a trajetória do projeto. Depois dos encontros, realizava-se diário de campo com o registro das oficinas e as anotações *in lócus*, quando possível.

O programa de extensão privilegiou a construção de um espaço de integração e interação entre pessoas mais velhas. O objetivo foi apreender as lembranças acerca das condições e das experiências dos primeiros anos de vida, da chegada e permanência na região e das velhices daquele grupo de idosos. Dito de outro modo, as intenções do projeto eram: mapear trajetórias; estimular um espaço de escuta, fala, troca, debate e socialização entre seus participantes; impulsionar narrativas sobre memórias de infância dos interlocutores; explorar vivências e condições de vida das velhices presentes em Foz de Iguaçu (PR) e região; conhecer melhor o espaço e a dinâmica do CRAS; e, também, dialogar com eles a respeito do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

As oficinas foram produzidas em rodas de conversas, de modo que os debates eram constituídos, sobretudo, pela participação do grupo. As cadeiras eram organizadas em círculo, para que todos os membros pudessem ver cada um do coletivo e, também, serem vistos. Os encontros foram, inicialmente, realizados em uma sala do CRAS. Posteriormente, estes passaram a acontecer na área externa da casa em que ficava a unidade.

As questões que pautaram a elaboração das atividades e do meu olhar de partida foram: como se constituem as velhices apresentadas pelos integrantes da oficina? Quais são as características que os aproximam e os marcos que distanciam os integrantes? Como tais sujeitos vivenciam e significam esse período da vida? Como as velhices estão articuladas em Foz de Iguaçu (PR)? Quais eram os grupos sociais e tensões presentes entre os participantes?

Brah (2006), ao tratar de uma teorização sobre a diferença – isto é, a diferença como categoria analítica –, remonta um novo quadro de análise que chama a atenção para quatro maneiras de conceituá-la: diferença como experiência; diferença como relação social; diferença como subjetividade; e diferença como identidade. Nesse debate, a autora discorre sobre a perspectiva de que o sujeito não se encontra completo, pronto, inteiro ou pleno *a priori*. Ao contrário, ele está em constante formação, é produzido pelo discurso, é estabelecido na relação e pode ser marcado por contingências específicas. Nesse sentido, não pretendi observar uma interação pré-existente, mas atentar à forma como esses sujeitos ressignificavam a sua trajetória, acionavam

¹ Ao longo de todo artigo, o termo “velhices”, no plural, evidencia as diversas possibilidades de vivências dessa etapa no curso da vida marcadas, sobretudo, pelo gênero, classe social, região, condições físicas e idade, já que essa abarca um extenso período da vida (DEBERT, 1998a, 1998c, 1999).

diferenças e semelhanças e as conjugavam no presente nas atividades de extensão, com a intenção de compreender os sentidos atribuídos às diferenças ali mobilizadas.

Devo agradecer a parceria dos funcionários da unidade do CRAS Nordeste, sobretudo, à assistente social Patrícia de Oliveira dos Santos e aos estagiários, Andri (de Serviço Social) e Danilo (de Psicologia), que me ajudaram a concretizar a realização do projeto naquele espaço.

2 Público-alvo

O grupo pertencia a iniciativa do CRAS-Nordeste de Foz de Iguaçu (PR) denominada “Acesso: O Protagonismo dos Idosos”. No texto do projeto constava que ele fora formado para dar conta de demandas individuais que poderiam ser desenvolvidas coletivamente. Além disso, ele tinha a intenção de promover um espaço de socialização para os mais velhos. Portanto, seus participantes eram atendidos no CRAS Nordeste. Eles procuravam o equipamento com uma demanda específica ou eram encaminhados pelos serviços de saúde ou, ainda, chegavam até lá a partir de denúncias de vizinhos ou de conhecidos, assim os funcionários iam a suas residências.

No documento com a descrição da iniciativa, constavam os seguintes critérios para participar do grupo: ser usuário do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Bolsa Família ou, então, do Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

A assistente social relatou, em diversas situações, a importância do fortalecimento de vínculos no território. Nessa gramática, a profissional discorreu sobre o seu trabalho naquele contexto estar vinculado ao sentimento de pertencimento para cada indivíduo da população envelhecida e, também, de proporcionar encontros com a intenção de formar um coletivo em que tais sujeitos se identificassem e se engajassem entre si.

No CRAS, os participantes das oficinas do grupo de idosos não tinham necessariamente 60 anos - como é definido no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). A idade começava em torno dos 57 anos, como era um dos casos relatados pela assistente social em que uma senhora frequentava o grupo para se preparar para a velhice. As demandas atendidas consistiam em: aposentadoria, abandono de familiares e situações de violência, como constava na linguagem do Serviço Social.

Cada oficina foi elaborada com, aproximadamente, 25 idosos. Ao todo, o grupo contou com 40 integrantes, os quais frequentavam as atividades de modo mais rotativo.

Os profissionais do espaço em que o projeto de extensão foi desenvolvido entendiam seu público no contexto de cidadania, por isso o chamava de idosos. No cenário gerontológico mais amplo, o esforço de valorizar, ressignificar e reposicionar a população mais velha em outros campos e alcances veio acompanhada, desde meados do século XX, da atribuição de novas terminologias para denominá-la. Assim, cunharam-se nomes como “terceira idade” – com o enfoque de turismo e consumo –, “melhor idade”, dentre outros. O termo “idoso” foi consolidado na década de 1990, quando o Estado brasileiro e algumas iniciativas privadas reconheceram esse grupo como sujeitos de direitos, ativos e autônomos (DEBERT, 1997, 1998a, 1998b, 1999; BRIGEIRO, DEBERT, 2012; MOTTA, 1998a, 1998b; SIMÕES, 1998; 2000; 2004; SIQUEIRA, 2014). Assim, mantive esse modo de nomeá-los *in locus* e, na escrita, alternei com “os mais velhos”, na tentativa de apreendê-los em suas pluralidades e sentidos múltiplos que suas vivências abarcam para além das experiências apreendidas nos termos históricos e contextuais.

3 As oficinas e relatos dos encontros

3.1 Encontro prévio [18/08/2019]: para conhecer o grupo

Inicialmente, houve um primeiro encontro, a fim de conhecer e identificar melhor o grupo em suas particularidades e demandas.

Em uma sala no CRAS Nordeste, encontrei aproximadamente 20 idosos cantando, os quais me receberam calorosamente. Nessa conversa, a música foi um dos eixos da interação. Apresentei-me e falei de minhas intenções de realizar, ali, um projeto de extensão da universidade com e para eles. Na sequência, pedi para cada um falar de si e de suas expectativas em relação às atividades desenvolvidas nas oficinas.

A partir do lugar que eles ocupavam nas fileiras de cadeiras dispostas na sala, cada um disse nome, idade, contou um pouco de sua história e sobre o que esperava. Em vários momentos, ao contarem de si, cantavam músicas regionais, e as outras pessoas engrossavam o coro acompanhando quem tinha proposto aquele repertório.

3.2 Primeira oficina [25/09/2019]: memórias de infância

Iniciei o debate sobre as memórias e suas histórias de infâncias. Nesse encontro, para conhecer melhor o grupo, pedi para que se apresentassem e, para tanto, que contassem de quando eram crianças. O objetivo era promover um espaço sobre memórias do passado, explorar o contexto individual e coletivo dos primeiros anos de vida e inserir tais experiências em relação a realidades mais amplas presentes no grupo.

Todos os participantes contaram versões de uma história de deslocamentos de regiões mais próximas ou mais longínquas de Foz de Iguaçu (PR), pautados com a finalidade de encontrar melhores condições de trabalho para a família ou para si mesmo.

Uma outra tendência das narrativas foi demarcar o trabalho no meio rural da região. Sendo assim, ou trabalhavam, quando crianças, com enxada ou suas tarefas eram cozinhar e levar comida para aqueles que estavam no campo.

Nesse item, houve uma fala de que o problema do país, em 2019, era a impossibilidade de as crianças trabalharem. Como consequência, os idosos acreditavam que elas não davam valor ao que tinham, demarcando uma oposição da infância vivida por eles e daquela experienciada na contemporaneidade. Diante dessa posição, iniciei um debate sobre as condições de vida e das mudanças advindas da expansão da área da educação e do mundo do trabalho, como um exercício de alteridade e tratar das mudanças ocorridas nos últimos tempos. Os idosos seguiram mobilizando suas primeiras memórias para reafirmar seus pontos de vista.

3.3 Segunda oficina [02/10/2019]: narrativas sobre a chegada à região

Organizei as cadeiras na sala em círculo. Montei um varal com barbante e nele fixei com cliques folhas de sulfite com fotocópias de imagens de diferentes momentos históricos da cidade. Tive acesso às fotos no material do acervo da Biblioteca Municipal, como livros – que remontavam uma historiografia da região –, jornais, panfletos e afins. Nas imagens escolhidas, prevaleceram paisagens com alguma referência possível de ser identificada nos tempos atuais, como foram descritos nas legendas. Alguns exemplos eram: a região fronteira do rio Paraná antes da construção da Ponte da Amizade; o prédio do hospital da Santa Casa; uma avenida central na cidade, a Brasil, em diferentes décadas; os edifícios militares então recém-construídos; bem como prédios que ali ainda estão. Assim, as fotos ficaram estendidas na altura mais ou menos da vista de uma pessoa em pé. Por isso, em cada assento era possível ver algumas e não outras, o que resultou em certa

circulação na sala ao longo da atividade. Eram comuns as falas que afirmavam que se lembravam de tal cena impressa na foto exposta.

Cada pessoa compartilhou com o grupo a história da família ou de si mesma que acarretou a chegada à cidade. A intenção era traçar narrativas de contextos familiares e de grupos diversos para apreender uma multiplicidade de experiências e trajetórias.

Havia pessoas da região, outras que vieram de longe. A maioria chegou na cidade ainda criança, junto da família, e uma senhora contou que viera sozinha fugida da casa dos pais, onde trabalhava muito e era explorada pelos irmãos. Alguns nasceram na região e contaram (orgulhosos) que os pais derrubaram a mata para a floresta tornar-se área urbana, porque isso, naquele contexto, era sinônimo de desenvolvimento.

Em todos os casos, os sujeitos consolidaram-se na cidade a partir do trabalho na terra, em condições difíceis de subsistência. Foz de Iguaçu (PR) foi escolhida como destino ou local de permanência, pois se apresentava como uma promessa de uma potência econômica desde início do século XX, como eles contaram.

No grupo, havia duas senhoras que, quando meninas, saíram de outros estados (Minas Gerais e São Paulo), trabalharam em terras paraguaias com a família e, então, atravessaram a fronteira e fixaram-se em Foz de Iguaçu (PR) já adultas.

Apesar de algumas particularidades, constatou-se uma linha argumentativa que perpassava a todos os participantes: a busca por melhores condições de trabalho – pois estes advinham, inicialmente, da zona rural. Ao longo de sua vida adulta, muitos foram ocupando cargos no comércio, na hotelaria ou nas empresas da região.

3.4 Terceira oficina [23/10/2019]: grupos sociais a que pertenciam

A intenção desse encontro era incitar cada integrante a revisitar fatos importantes de sua trajetória, inserir o indivíduo e o coletivo nos universos presentes na turma, mapear os grupos sociais incluídos no todo, organizar as semelhanças e as diferenças identificadas pelos participantes.

Na terceira oficina, propus uma conversa sobre o que cada um gostava de ser e fazer, a que grupos se sentiam pertencidos, com qual coletivo se identificavam. Diferente do que foi suposto *a priori*, os grupos não foram divididos ou tensionados. Ao contrário: quando as diferenças eram apresentadas, elas eram expostas como complementares ou, pelo menos, não excludentes entre si.

Muitas senhoras falaram que gostavam de cozinhar e pescar. E, ao pontuar o que apreciavam, também ressaltaram o que não lhes agradavam: e cozinhar também estava nessa lista, bem como limpar a casa. Uma ou duas idosas mencionaram que priorizavam os netos e bisnetos.

Muitos deles, ao tratar de suas preferências, mencionaram participar de grupos, como os religiosos, da família, de entidades ou associações localizadas nas proximidades, como aquele do CRAS. E outros, ainda, respondiam com o verbo “participar” no intransitivo, sem complementar a que ou de onde se referiam, concluindo com a frase: “eu gosto de participar”. A igreja, os grupos de oração, de mães, de catequese, de organização de festas religiosas também ganharam espaço na conversa. Ao falar da religião que frequentavam, os participantes faziam questão de dizer que “com todo o respeito a quem não é” e explicitavam a sua. Ali, a pluralidade de crenças era definida por católicos e evangélicos. Esses foram postos como oposição harmônica que interagiam e se acolhiam. Nesse sentido, narraram sobre espaços de oração formados por integrantes das duas religiosidades. Esses grupos ecumênicos se reuniam nas casas de familiares, amigos, vizinhos ou da comunidade religiosa.

Uma senhora compartilhou que gostava de fazer exercícios físicos, que foram iniciados por conta de orientações médicas e, por isso, ela se encontrava em boas condições de saúde. Outra falou que lhe agradava

cuidar de doentes, porque quando esteve enferma, pediu a Deus para recuperá-la e foi atendida. No final, um senhor relatou que estava com câncer, que era a sua primeira vez no grupo, porque pouco saía de casa. Ele disse que não podia fazer nada desde 2015, apesar de ter vontade, pois não conseguia e as senhoras ao redor perguntaram: “e você mora sozinho?”. Ele respondeu afirmativamente e, em sequência, questionaram se ele tinha alguém para cuidá-lo, socorrê-lo. Mais uma vez, o senhor disse que sim. As pessoas começaram a falar ao mesmo tempo, o que dificultou a compreensão do que foi dito. Houve uma conversa sobre os filhos desse mesmo homem, e ele respondeu: “eles só aparecem quando precisam da gente”. Alguém acrescentou: “ainda mais se for para pedir dinheiro”.

A assistente social, para seguir aquela conversa, contou sobre suas preferências: namorar - o que ganhou eco do grupo com aplausos, frases de reforço, como “eu também” e mais gritos; do grupo da igreja - e complementou, nas suas palavras, “independente da religião que cada um tem a sua”. Ela, ainda, acrescentou: da família; de ser Assistente Social; dos colegas de trabalho; dos grupos de idosos e das mulheres que também atende no CRAS, com os quais ela “aprende muito”, como relatou.

Uma das senhoras, depois de elencar vários itens de seu interesse, concluiu: “namorar”. E continuou: “eu amo do jeito que eu sou porque não adianta querer ser mais nova.” Em sequência, ela foi ovacionada pelo grupo. Outra idosa, ao lado, prosseguiu: “o CRAS vai comprar uma máquina que a gente vai entrar dentro e sairemos renovadas”. E todos riram.

Na sequência, perguntei sobre qual era a relação de cada um com a fronteira e como percebiam outros grupos sociais, tentando incluir o tema da tríplice fronteira ao debate. Suas respostas foram no sentido de circular, viver e compreender a cidade como uma unidade. Havia mais interesse no grupo pela conexão de Foz de Iguaçu (PR) com os outros municípios do Paraná do que com as delimitações transnacionais, com exceção de alguns que tinham família no Paraguai. Outros relataram visitas à Ciudad del Este (Paraguai) com certa frequência e apenas uma idosa conhecia Puerto Iguazú (Argentina). Em todos os casos, o vínculo com esses destinos dava-se em torno de compras – por preços mais baixos, no caso paraguaio, ou de itens “gostosos”, nas palavras da senhora que visitava terras argentinas.

Nesse dia, compreendi que traços que estabeleciam diferenças ou fissuras entre aqueles idosos, que os dividiam ou os tensionavam não estavam ali. Então, para realizar tal debate, o esforço inicial seria entender melhor o que constituíam os integrantes do grupo diferentes entre si; o que também significava compreender o que os alinhavam e criavam vínculos entre eles. Até então as narrativas apresentadas tinham muitos pontos de semelhança: trabalho desde a infância em zonas rurais, chegada a Foz de Iguaçu (PR) norteadas pela busca de melhores condições de vida e de trabalho e, também, o sentimento de satisfação de pertencer àquele grupo.

Ali entendi também que as narrativas apresentadas tinham vários pontos de semelhanças: trabalho desde a infância em zonas rurais, chegada a Foz de Iguaçu (PR) norteadas pela busca de melhores condições de vida e de trabalho e, também, o sentimento de satisfação de pertencer àquele grupo. Os traços que estabeleciam diferenças ou fissuras entre aqueles idosos, que os dividiam ou os tensionavam ainda precisariam ser aprofundados em imersão mais intensa para a compreensão das relações de seus integrantes estabelecidas naquele espaço e fora dele. Por isso, para realizar discussão sobre diferenças, aquelas oficinas não seriam suficientes.

Dois dias depois dessa conversa, houve uma palestra, naquela unidade do CRAS, sobre síndrome do ninho vazio com uma psicóloga, da qual eu participei como ouvinte. Ela foi destinada a vários grupos de frequentadores do espaço, incluindo o de idosos. Chamou-me a atenção os relatos dos mais velhos que exprimiam sofrimento através de suas palavras, no tom de voz e na expressão facial quando falavam do desejo de terem os filhos – já crescidos – em suas casas. A palestrante desenvolvia, em sua exposição, sobre a

importância de tais descendentes terem os seus próprios núcleos familiares. Ao mesmo tempo, muitas daquelas idosas, na sua maioria mulheres, diziam entender mas ainda assim lamentavam.

Dada aquela configuração, julguei que precisava rever o planejamento inicial. A assistente social falava de seu interesse em tratar o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) e eu, de velhices. Por isso, ficou combinado que as próprias oficinas seriam sobre esse documento legislativo sobre e para a pessoa idosa.

3.5 Quarta oficina [06/11/2019]: desenhando os direitos com o grupo de idosos

A proposta, realizada junto à assistente social do CRAS Nordeste, consistia em convidar o grupo de idosos a se entender como deputados interessados em formular novas leis para a população idosa no contexto brasileiro. Uma folha craft foi presa à parede. Nela, foram colados os temas que constam no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Entre eles foram feitas linhas verticais os separando. Assim formou-se o espaço de registro do debate.

As ideias de leis dos participantes da oficina eram um pouco embaralhadas do que já constavam na lei em vigor e em novos itens, ainda não previstos. Na dinâmica, a profissional do CRAS conversava com o grupo, a partir dos temas, e eu fazia o registro no papel colado à parede. Às vezes, eu comentava e, em outras, ela sentava e eu seguia com a atividade.

No início, no item “Vida”, houve uma discussão em que os idosos perguntaram acerca do termo utilizado para nomear a situação em que a pessoa reivindicava o fim da própria vida e, na sequência, alguém respondeu: “eutanásia”. O argumento discutido era o de que o indivíduo tinha o direito de morrer, “porque vegetar já não é viver”. A assistente social perguntou aos participantes, então, o que deveria ser feito com as pessoas que estavam na UTI. Na sequência, uma senhora contou que havia passado vários dias desacordada na UTI por ter levado tiros em um assalto em sua casa há 15 anos e, aproveitando o relato da participante, a assistente social concluiu: “e você gostaria que tivessem desligado os seus aparelhos?”. Registrei no quadro alguns dos termos trazidos ao longo da elaboração das diferentes falas: “morrer com dignidade, sem dor” e “o direito de se manter vivo” como estratégia para considerar os dois pontos de vista ali presentes.

No item “Transporte”, os participantes falavam do direito já garantido de vagas gratuitas nas viagens interestaduais. No entanto, eles também lembravam que nas intermunicipais isso ainda não é uma realidade e apontaram o fato como uma garantia a ser conquistada e escrevi na folha: “mais bancos amarelos, assentos prioritários nos ônibus municipais”, “viagem gratuita para o interior do estado, porque já funciona entre eles (os estados)”.

Sobre o tema “Educação”, a assistente social questionou os idosos sobre o direito de estudar e esses ficaram um pouco reticentes em como responder, mas falaram que era importante ter escola perto de casa. A profissional pontuou mais uma vez o tema e questionou se não seria importante que todos fossem alfabetizados e eles seguiram em coro que sim. Uma senhora disse que gostaria de aprender a usar o aparelho celular, que o neto já tentara ensiná-la mas que não tinha conseguido de jeito nenhum e explicou afirmando que na idade dela era mais difícil de aprender. No quadro registrei: “escolas perto das casas dos idosos”, “alfabetização” e “aprender a usar o celular”.

A assistente social questionou os participantes acerca do direito à habitação e todos responderam positivamente. Em seguida, ela interrogou-os referente ao direito à casa própria, eles devolveram um tímido “sim”. Ela perguntou quem dali pagava aluguel e duas pessoas levantaram a mão. E ela complementou se o idoso devia ter casa própria e eles disseram “sim”, com mais animação. E, então, continuou: “e morando sozinho?”. Alguns disseram que sim e outros, “com a família”. Ela deu sequência: “e se ele não der conta (de si) sozinho?”. O coro ficou mais encorpado: “com a família”. E ela, ainda, prosseguiu: “e se não tiver família?”. E eles retrucaram em coro: “asilos”.

Em seguida, indaguei se não havia outros modelos de moradia ou se eles não poderiam criar novos arranjos e houve silêncio. Então continuei perguntando se eles gostariam de dividir uma casa e uma senhora já emendou: “seria bom a gente dividir o quintal e a horta, mas que cada uma tivesse um quartinho e uma cozinha”. A amiga, ao lado, justificou: “porque eu posso querer cozinhar uma coisa e ela, outra”. Os termos redigidos na craft foram: “morar em sua casa. Se não der conta, na da família. Caso não tenha família, asilo.” e, também, “vila/condomínio de casas individuais para idosos”.

A assistente social também questionou se o idoso teria o direito à saúde. E eles foram apontando suas demandas e eu fui registrando termos levantados no debate: “mais médicos e enfermeiros”, “atendimento e exames mais rápidos”, “diminuição da fila”, “cirurgias mais ágeis”, “mais remédios no posto”, “oferecimento de atividades físicas”, “educação alimentar”, “mais profissionais tais como fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais” enquanto a profissional do CRAS conduzia a discussão numa concepção de saúde ampliada e lembrando das diversas áreas que compõem o cuidado com a saúde.

No item da “Previdência Social”, foi perguntado se devia ser um direito. O grupo respondeu afirmativamente. A profissional da assistência questionou quem ali era aposentado e quem recebia benefício. Para então lembrar que eram duas rendas de fontes diferentes: a previdência fornecia a aposentadoria para quem realizou contribuições ao longo de seu percurso profissional e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) vinha da Assistência Social. E esse era destinado a quem precisava porque não pôde contribuir durante a juventude. No material, ficou registrado: “mais divulgação” e “recurso financeiro para o cuidador do idoso”, que foi como a discussão se encaminhou.

Uma senhora contou uma história em que uma moça saudável não queria trabalhar, porque já tinha a Bolsa Família. Ela complementou dizendo que as pessoas deviam procurar emprego e que a ajuda do governo era só para quem precisasse. Perguntei se ela sabia o valor desse recurso. Ela disse que não, mas que a fiscalização deveria ser feita com mais cuidado. Continuei: “então vamos perguntar para a assistente social como é feita a fiscalização”. Ela contou que eles iam à casa de cada um analisar a situação, que o recebimento indevido era quase impossível e que “a pessoa precisa ser muito ligeira” porque as informações antagônicas seriam cruzadas e denunciadas.

Outra idosa compartilhou a situação de falecimento de sua mãe, que aconteceu um dia antes dela receber sua aposentadoria. E ela, sua filha, não conseguiu retirar o dinheiro e lamentou porque houve gastos extras com o funeral.

A primeira senhora disse, então, que a ajuda governamental deveria ser provisória. A servidora fez um jogo de hipóteses: “o que vocês acham se o benefício de vocês fosse provisório?”. E todos exclamaram: “não”, “não, pelo amor de deus”. E ela, em sequência, questionou: “se o benefício de vocês fosse suspenso, seus familiares poderiam arcar com os gastos?”.

Demos sequência a uma conversa sobre os cuidados. Perguntei quem deveria cuidar do idoso. Eles responderam que seriam a família. A assistente social insistiu: “e se vocês não estivessem bem, seria bom a família ganhar um dinheirinho para ajudar?”. Uma senhora contou a situação em que cuidava da mãe e os gastos com ela eram cobertos pela aposentadoria dela e para o custeio da casa ficava por sua conta. A funcionária continuou: “e se ela não tivesse nenhum recurso?”. A participante respondeu: “seria muito ruim, eu teria que pedir aos meus irmãos”.

Outro ponto que foi adicionado posteriormente ao registro foi “família” por estar presente nas falas dos integrantes da oficina em diferentes momentos: “visitas a idosos” e “[os filhos] auxiliarem nos gastos”, os quais definem atribuições que eles gostariam que existissem para os parentes próximos.

Outro item também incluído posteriormente foi “Cuidado” que foi dividido a “filho/filha” e a “profissionais”.

A proposta desta oficina foi de proporcionar um espaço de escuta e diálogo sobre as demandas e perspectivas dos idosos em um movimento de relativização a partir de outras visões.

3.6 Quinta oficina [13/11/2019]: sobre o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003)

A assistente social começou o encontro pedindo para que as pessoas se levantassem, se apresentassem – porque tinha participante novo ali – e contassem qual seria o seu sonho. Ela iniciou a dinâmica e seguiu com quem estava ao seu lado direito, um de cada vez.

As respostas dos idosos e idosas variavam entre: passeios – nas Cataratas, na Itaipu e na praia; viagens – para Europa, “conhecer o Brasil”, ao santuário da freira Santa Paulina em Santa Catarina; ganhar na mega sena; ter saúde; “ser feliz e ter paz no coração”; “poder ajudar aos outros e à família”; ficar mais próximo dos familiares; “que meu filho se realize”; fazer amizade; “ter uma casa”; “morar sozinho”; “que todo mundo olhe para mim com bons olhos”. E, ainda, uma senhora mencionou participar de grupos.

A partir das anotações dos cartazes e da última conversa, dialogamos sobre os itens mais importantes do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), costurando as histórias ali contadas. Em sequência, o estagiário de Serviço Social mostrou perguntas, projetadas na parede, sobre os direitos dos idosos no Brasil com algumas opções de respostas que os idosos deviam escolher uma. O grupo acertou todas.

Para finalizar, a assistente social questionou “quem tinha violência atrás de si”, nos termos dela. Tratava-se de uma dinâmica em que papelzinhos foram colocados atrás das cadeiras dos participantes e em alguns deles havia histórias. Então, era para os idosos procurarem em seus assentos se tinha alguma coisa. Quem tinha, levantou e foi na frente do grupo para ler o que estava ali escrito. O estagiário ajudou a alguns a ler. No final da leitura, eram perguntados se tratavam de uma situação de violência, tais como: apropriar do patrimônio indevidamente; endividar o idoso com empréstimos consignados; dificultar o atendimento no setor público; dentre outros. O grupo respondia, em coro, corretamente. E, em sequência, retomava-se com a pena para tal infração.

Tiveram algumas falas no sentido de que a culpa é do prefeito, quem não faz nada. Trouxe o debate com a ideia de que era preciso que conheçamos as leis, nos apropriarmos e exigirmos que os direitos fossem garantidos.

3.7 Sexta oficina: [27/11/2019]: demandas e vivências de velhices no Estatuto do Idoso

Com objetivo de continuar a discussão dos dois encontros anteriores e instrumentalizar os idosos a partir de exemplos que pudessem ser observados em seu cotidiano, redigi histórias-problemas de personagens fictícios para que fossem resolvidas, segundo os debates do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) pelos integrantes da oficina. As narrativas foram produzidas a partir de repertório de casos atendidos frequentemente no CRAS Nordeste, conforme os funcionários tinham me relatado. Ao ler, solicitava ao grupo: “como podemos ajudar o seu fulano?”.

Mais do que uma voz respondia, rapidamente, dizendo que aquilo não podia ou qual seria direito previsto na legislação do idoso. E foi assim nas dez histórias. Nesse sentido, pouco foi o debate porque as respostas estavam na ponta da língua objetivamente. A conversa foi mais em torno de histórias e situações contadas.

Então, combinamos sobre os encaminhamentos seguintes que os integrantes das oficinas desejavam. O grupo já tinha pedido uma festa de final de ano com a realização de bingo.

3. 8 Encontro de encerramento [12/12/2019]: confraternização com bingo

A área de trás da casa estava organizada com cadeiras de diversos modelos e tamanhos na frente de mesas escolares individuais. Elas estavam dispostas uma do lado da outra, formando uma linha comprida com nove grudadas nas laterais. E na frente havia mais uma fileira. E paralelo a essa linha, tinha mais uma dessas. Ou seja, formavam duas mesas compridas e retangulares paralelas. Ao todo, eram 28 lugares organizados no espaço aberto em fileiras duplas em que um assento ficaria de frente para o outro e, ao mesmo tempo, também poderia ficar de costas a quem estivesse na outra fileira.

Além desses lugares destinados aos idosos, havia mesas cobertas de toalhas coloridas nas laterais desses espaços. No lado da chegada pela área externa, eram duas mesas maiores em comprimento e largura para bebidas e comidas. Foi servido, pela prefeitura, um *coffe break* com café e salgados diversos para 30 pessoas, além do que cada participante levou, como bolos e tortas.

Foi colocado, entre as duas mesas, um cavalete que formava um quadrado vazado em que as pessoas colocariam a cabeça para tirar fotos. Ao seu redor, foi feita uma moldura com papéis coloridos, enfeites – como flores também de papel. Na lateral estava colada simulação do que seria a parte externa de uma janela aberta. Na parte de baixo tinha um fundo de chita colorido com letras feitas de plástico escritas “CRAS NORDESTE”. Nas duas mesas da outra ponta estavam dispostos os brindes embrulhados.

Na parede do canto perto da porta, foi presa, na grade de janela do banheiro, uma colcha de retalhos que os idosos fizeram conjuntamente. Ao lado, foram coladas fotos do grupo em diferentes situações, impressas em preto e branco em folhas A4.

Cheguei cedo, participei da arrumação do espaço e da dinâmica da atividade. Levei vários brindes comprados na loja de artigos, tais como as de R\$1,99, embrulhados em sacos de presentes transparentes, como portas retratos, portas chave artesanais, garrafas de plástico individuais, jarras, velas cheirosas, essências de cheiro para ambientes, portas remédio, cofrinhos de papelão com imagens de animais, dentre outros. Comprei de três a cinco unidades de cada item de cores diferentes.

A festividade começou em torno das 14h, com falas no microfone. Em sequência, as orientações foram dadas pela coordenadora do CRAS: ganharia quem preenchesse a cartela com os números anunciados ou em uma linha (vertical, horizontal ou diagonal). Depois desses jogos, a cartela deveria ser desmanchada para recomeçar de novo na mesma. E cada um poderia ganhar até três vezes. Mais do que isso, o brinde deveria ser doado a outra pessoa ou devolvido. A ideia era que todos pudessem sair dali presenteados, “já que alguns têm pé muito quente para jogo”, nas palavras da coordenadora. As cartelas e os grãos de feijão foram distribuídos e o bingo iniciado. Os idosos estavam entusiasmados.

Um estagiário girava no globo as peças com os números do bingo, tirava cada uma por vez e contava para a coordenadora do CRAS, que a divulgava no microfone para todo o grupo.

Quando a pessoa completava a linha na cartela, gritava. Os funcionários queriam que falassem CRAS, mas os jogadores gritavam: bati. Era conferido o jogo e o participante ganhava o brinde. Os idosos comentavam o número que faltava para si e sobre a sorte do ganhador de várias batidas. As conversas eram em torno daquela dinâmica.

Houve um intervalo para as comilanças. A atividade aconteceu até às 17h30.

4 Considerações

Foz do Iguaçu (PR) é conhecida, dentre outros motivos, por estar situada na fronteira do Brasil com Argentina e Paraguai. A linha divisória entre os países constitui, em seu cotidiano, referência de fluxos constantes de diferentes sentidos com finalidades múltiplas: turismo, compras, estudos, trabalho, local de moradia, lazer, dentre outros.

No projeto pedagógico da Universidade Federal da Integração Latinoamericana (UNILA), cuja última modificação foi 12/02/2019, também constava o tema da integração voltada à América Latina:

A vocação da UNILA é a de ser uma universidade que contribua para a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico, e da cooperação solidária entre as instituições de ensino superior, organismos governamentais e internacionais.²

A instituição universitária – a partir do ensino, da pesquisa e da extensão – pretendia celebrar as diferenças no sentido de soma e articulação com a perspectiva de reverberar para outros campos da inter-relação entre os países de tal bloco; é no alinhamento com a instituição que esse projeto de extensão foi elaborado.

No entanto, nesse grupo o deslocamento e a circulação dos idosos eram circunscritas nos bairros, na região e nas imediações de sua vizinhança ou residência de sua parentela. Eles não conheciam os pontos turísticos da cidade e muitos afirmaram nunca terem ido à Puerto Iguazu. Parece que a Ponte da Amizade - que liga Brasil a Paraguai - era mais conhecida entre eles do que as terras argentinas. As visitas ao Paraguai ocorriam por conta de preços mais acessíveis de todo tipo de artigos e, também, da oferta de emprego.

Outro pressuposto do projeto de extensão foi a divisão do curso da vida consistir em um dos modos de diferenciação social em diversas sociedades. Na nossa – brasileira do século XXI –, ele é dividido em infância, adolescência, vida adulta, velhice. Certamente, esse espectro de estágios da vida se dá em linhas gerais, porque cada vez mais há fases entre um ou outro (DEBERT, 1999). Entender como a velhice é pensada, organizada, classificada, vivenciada e ressignificada ganha contornos importantes para se compreender o delineamento de grupos sociais; fundação de sujeitos políticos; e o modo da sociedade se estruturar e delimitar fronteiras do curso da vida. Os estudos de velhices nas Ciências Sociais mostram diversidades de se viver os 60 anos ou mais. Nessa experiência, compreendeu-se velhice, infância e outros momentos do curso da vida como construções históricas, sociais e políticas (ARIÈS, 1981; ELIAS, 1993) com heterogeneidade nas experiências e condições: longo período na faixa etária entre 60 a 100 anos que empreende velhice nas diretrizes oficiais, classe social, etnia/raça, gênero e sexualidade, local de moradia na cidade, região do país, arranjos de co-moradia, relações familiares e, sobretudo, condições físicas (DEBERT, 1999).

Por isso, a chave da observação, durante as oficinas, foi no sentido de explicitar tensões, diferenças, desigualdades possíveis naquele grupo de idosos num contexto transnacional, a fim de explorar as velhices presentes - no plural. Brah (2006) atenta que as diferenças, nos termos da autora, podem ser laterais ou verticais e não necessariamente organizadas hierarquicamente. Então, o esforço e exercícios realizados nas oficinas foram no sentido de estabelecer tais interações no âmbito da não desigualdade e compreender a multiplicidade para mapear as diferenças.

No entanto, os seus participantes apresentaram-se como um grupo que pretendia explorar o acolhimento, o reconhecimento e o sentimento de pertencimento, a partir da complementaridade, harmonia e constituição de uma unidade. E mais: a unidade tinha o mote de celebrar a diferença como harmônica; como quando trataram da religiosidade de seus integrantes, em um universo dividido entre católicos e evangélicos que, ao invés de se opor, formularam cuidadosamente narrativas de evocação de respeito e de convivência. As

² Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/projeto-pedagogico>

diferenças foram dissolvidas e organizadas no sentido de aliança, parceria e des-hierarquia (BRAH, 2006). Por outro lado, a invocação do Outro como o diferente - aqui pode ser pensado como aquele que extrapola às expectativas - pode ser enquadrado nos termos do “filho que saiu de casa”, “que está longe”, “que procura só quando precisa de algo”. Ou, ainda, do Estado que não proporciona as condições adequadas e justas de vida, na figura do prefeito ou de quem formula ou fiscaliza as leis. Um outro exemplo, ainda, foi quando um senhor partilhou com o grupo que tinha estado doente e a atenção dada, sobretudo, pelas idosas. Retomo esses pontos para sinalizar uma interpretação possível de que o propósito do grupo em si seria constituir um coletivo – e por isso mesmo de afastar as possíveis diferenças e desigualdades que pudessem aparecer ali.

Os elementos de identificação de tais semelhanças foram a percepção da realidade a partir de referências de seus repertórios advindas de décadas atrás - como a defesa do trabalho a menores de idade, “para que eles dêem valor às suas coisas”. Ou, mesmo, a urbanização apresentada como valor positivo e atrelada à ideia de modernização em detrimento - e dicotômico - ao universo rural, quando contaram que eles e/ou seus pais desmataram o território para dar lugar à cidade.

Suas famílias vieram de regiões próximas ou mais longínquas de Foz do Iguaçu (PR) em busca de melhores condições de vida, sobretudo de trabalho. Uma narrativa comum ao grupo era o passado marcado pela vida rural: ou eles estavam com a enxada na lida ou cozinhavam e levavam comida a seus parentes no campo.

O tema da memória perpassou as oficinas com a intenção de entender melhor quem eram aqueles sujeitos, a que grupos pertenciam, suas experiências com as fronteiras (inicialmente pensadas como nacionais e que, posteriormente, se revelaram como regionais) e, para então, observar e compreender como eles se relacionavam. Por outro lado, mais do que isso, o que foi lembrado apresentou-se como recurso de constituição e de reconhecimento do grupo. Como lembra Margareth Park (2005) em seu verbatim sobre “memória coletiva”, é preciso interpretar os esquecimentos e as lembranças, já que a memória em sua perspectiva é entendida como constituída desses dois movimentos, concomitantemente. Por isso, é nesse movimento de lembrar-esquecer que os idosos construíram certo reconhecimento social de modo a aproximar as diferentes experiências individuais, construíram um grupo coeso a partir de um passado em que se concordava que “antigamente era mais difícil”, como eles ressaltavam, de modo a antagonizar com as condições atuais.

São nos relatos partilhados que uma certa ou algumas memórias coletivas sobre migração, trabalho no mundo rural e críticas à facilidade da contemporaneidade são trazidas às oficinas e, mais do que um grupo que partilha esses encontros, funda-se ali afinidades, pontos de vista e, em consequência, um coletivo.

Mas, afinal, quem eram esses participantes em 2019? A profissional do CRAS já indicava que eram, em sua maioria, beneficiários como o BPC e outros, aposentados.

Esses idosos também reconheciam e dominavam seus direitos. Por outro lado, eles apresentavam dúvidas quando o assunto era o benefício de outras pessoas - as quais eram associadas a “preguiçosas”. No entanto, essa ideia se desfazia quando se identificavam enquanto beneficiários.

Elas e eles gostavam de cozinhar, pescar, limpar a casa, ficar com os netos e bisnetos e participar dos espaços, tais como igreja, grupos de oração, do CRAS. E, ainda, de participar no sentido intransitivo do verbo; ou seja, estar em grupo.

Em um dos encontros a fala da senhora: “eu amo do jeito que eu sou porque não adianta querer ser mais nova” e o complemento de outra: “o CRAS vai comprar uma máquina que a gente vai entrar dentro e sairemos renovadas” é seguida de risos. É nessa risada que eles partilharam o desejo de se “renovarem”. Esse ponto ganhou, no tom da brincadeira, o lugar da expectativa. E esse movimento de transformação de si foi atribuído

ao CRAS, entendida como instituição que possibilitava a reunião do grupo. Esse espaço público constituía, congregava e unificava esse coletivo e, ao mesmo tempo, era onde eles depositavam seus anseios.

Se o intuito das oficinas foi de explorar conceitos de alteridade e do Outro presentes ali, marcados pelas diferenças, foi-se entendendo que o grupo de idosos buscavam e se relacionavam a partir da unidade entre os seus participantes.

Por isso, apesar da velhice ser entendida como plural a partir de condições físicas, de idade, econômicas, de gênero, dentre outros aspectos, ali a constituição de um todo coeso foi estabelecida e velhice foi apresentada no singular. Seus participantes conectavam a partir de alianças e semelhanças em seus repertórios. E ali, nas oficinas, vários pontos (história da chegada de si e da família à região, a transição do rural para o urbano, o sentimento de satisfação de pertencer àquele grupo) os reconheciam e os constituíam em um grupo social. E o CRAS consolidava o espaço que permitia esse encontro que os rejuvenesciam e ampliavam seus horizontes, enquanto eu tentava trabalhar, nas oficinas do projeto de extensão, com fissuras e tensões presentes no grupo.

No entanto, os encontros não fizeram parte de uma constatação *a priori*, ou seja, uma fotografia de uma realidade já em curso, uma vez que a assistente social do CRAS me garantiu que eles não tinham relações em outros espaços, com raras exceções. Nesse sentido, entendo que se consolidou por conta da abordagem dos primeiros encontros nas oficinas, dos temas elencados que organizaram e evidenciaram certa linearidade, o que permitiu a formação do grupo social ali vislumbrado. Possivelmente, se os focos de atenção fossem outros, não necessariamente a unidade seria traçada. Isso porque os grupos sociais são constituídos contextual, situacional e relacionalmente (HALL, 2006).

Enquanto eu pretendia explorar a diversidade e diferenças - ou as tensões e as semelhanças - encontrei um grupo social estabelecido: o grupo social das oficinas de idosos do CRAS Nordeste de 2019.

Referências

ARIÈS, Philip. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos em São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cadernos Pagu**. Campinas, n.26, jan – jun 2006.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**, 2003.

BRIGEIRO, Mauro, DEBERT, Guita. Fronteiras de gênero e a sexualidade na velhice. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 80, out 2012.

CORREA, Mariele R., FRANÇA, Sônia Ap. & HASHIMOTO, Francisco. Políticas Públicas: a construção de imagens e sentidos para o envelhecimento humano. In: **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre: PROEXT UFRGS, vol. 15, nº2, dezembro de 2010.

DEBERT, Guita Grin. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 34, janeiro 1997.

_____. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins (org). **Velhice ou terceira Idade: estudos antropológicos sobre identidades, memória e política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998a.

_____. Envelhecimento e Curso da Vida. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.5, n.1,1998b.

_____. Pressupostos Antropológicos sobre a Velhice. In: Antropologia e Velhice. **Textos Didáticos**, n.19. IFCH, 1998c.

_____. **A Reinvenção da Velhice**. São Paulo: EdUSP, 1999.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993. 2v.

FERIANI, Daniela. Retratos da memória na doença de Alzheimer: entre a invenção e a alucinação. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo (online): USP, v.60, n°2, 2017.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MOTTA, Alda Britto (org.). Dossiê Gênero e Velhice. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: UFCS/UFRJ, v.5, n° 1, 1998.

_____. Chegando pra idade. In: BARROS, Myriam M (org). **Velhice ou Terceira Idade? – estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998b.

PARK, Margareth B. Memória coletiva. In: NERI, Anita L. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

SIMÕES, Julio Assis. A maior categoria do país: o aposentado como ator político. In: BARROS, Myriam Moraes Lins (org). **Velhice ou terceira Idade: estudos antropológicos sobre identidades, memória e política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. **Entre o lobby e as ruas: movimento de aposentados e politização da aposentadoria**. 2000. 273 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

_____. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. **Família e envelhecimento**. Tradução. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SIQUEIRA, Monalisa Dias. **“Vivendo bem até mais que 100!”: envelhecimento, saúde e políticas públicas para idosos no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Tese (Doutorado) – Programa em Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014.

Submissão: 11/02/2021

Aceite: 10/02/2022

Como citar o artigo:

DE OLIVEIRA, Glaucia da Silva Destro. Memórias, diferenças e velhice: oficinas para idosos. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 28, e119719, 2023. DOI: 10.22456/2316-2171.119719